

# IMAGINÁRIO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE SOBRE MÃES DE BEBÊS DISPONÍVEIS PARA SEREM ADOTADOS

HEALTH PROFESSIONALS' IMAGINARY ON MOTHERS OF BABIES AVAILABLE FOR ADOPTION

IMAGINARIO DE PROFESIONALES DE LA SALUD SOBRE MADRES DE BEBÉS DISPONIBLES PARA ADOPCIÓN

*Marcela Casacio Ferreira-Teixeira\**

*Carlos Del Negro Visintin\*\**

*Tânia Maria José Aiello Vaisberg\*\*\**

## RESUMO

Esta pesquisa objetiva investigar o imaginário coletivo de profissionais de saúde sobre mães biológicas de bebês disponíveis para serem adotados, justificando-se na medida em que pode produzir conhecimento clinicamente relevante na área da Psicologia. Articula-se metodologicamente por meio do uso do procedimento de desenhos-estórias com tema em dez entrevistas individuais, registradas sob a forma de narrativas transferenciais. A consideração psicanalítica do material permitiu a produção interpretativa de dois campos de sentido afetivo-emocional: “mãe vítima” e “mãe desnaturada”. O quadro indica a coexistência de imaginário conservador, baseado na condenação da mulher, com imaginário mais compreensivo e solidário, de reconhecimento das adversidades enfrentadas por pessoas que vivem em situações de precariedade social que dificultam o cuidado dos filhos. Quando comparados com outras pesquisas, os resultados encontrados podem ser pensados como indícios de que uma mudança no imaginário dos profissionais se encontra em curso.

**Palavras-chave:** Separação mãe-bebê. Abandono infantil. Adoção. Imaginário coletivo. Profissionais da saúde.

## ABSTRACT

This research aims to investigate health professionals' collective imaginary on biological mothers whose babies are available for adoption. It is justified as it can produce clinically relevant knowledge in the area of psychology.

---

Texto recebido em 13 de setembro de 2016 e aprovado para publicação em 3 de maio de 2017.

\* Pós-doutora e doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas). *E-mail:* marcelacasacio@uol.com.br.

\*\* Doutorando em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC Campinas. *E-mail:* carlos.visintin@gmail.com.

\*\*\* Livre docente em Psicopatologia pelo Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP) e orientadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC Campinas. *E-mail:* aiello.vaisberg@gmail.com.

It is methodologically articulated by using the thematic story-drawing procedure in ten individual interviews, registered in the form of transference narratives. The psychoanalytic consideration of the material allowed the interpretive production of two fields of affective-emotional meaning: "Victim mother" and "Dehumanized mother". The overall picture indicates the coexistence of a conservative imaginary, based on the condemnation of women, with a more sympathetic and supportive imaginary, recognizing the adversities faced by people living in situations of social precariousness that hinders children's care. When compared to other researches, the results from this study may be interpreted as a sign that changes in the professionals' imaginary are under way.

**Keywords:** Mother-baby separation. Child abandonment. Adoption. Collective imaginary. Health professionals.

## RESUMEN

Este estudio investiga el imaginario colectivo de profesionales de la salud sobre madres biológicas de bebés disponibles para adopción y se justifica en la medida en que puede producir conocimiento clínicamente relevante en el campo de la psicología. Se articula metodológicamente mediante la utilización de los "Procedimientos de Diseños-Historias con Tema" en diez entrevistas individuales, grabadas en forma de narrativas transferenciales. La consideración psicoanalítica del material permitió la producción interpretativa de dos campos de sentido afectivo-emocional: "Madre víctima" y "Madre desnaturalizada". El cuadro general apunta a la coexistencia de imaginario conservador, fundado en la convicción de la mujer, con imaginario más comprensión y de apoyo, y el reconocimiento de las dificultades que enfrentan las personas que viven en situaciones de inseguridad social que dificulta el cuidado de los niños. En comparación con otras investigaciones, los resultados pueden ser considerados como evidencia de que un cambio en el imaginario de los profesionales está en marcha.

**Palabras clave:** Separación madre-bebé. Abandono infantil. Adopción. Imaginario colectivo. Profesionales de la salud.

## 1. INTRODUÇÃO

**E**m nosso país, considera-se que a melhor forma de cuidado de crianças e adolescentes é aquela assumida pelos pais biológicos. Entretanto, na prática, variadas razões podem impedir que esse caminho seja adotado. Nas classes médias, dificuldades dessa ordem podem ser resolvidas por meio da ação de familiares que vêm a assumir a guarda de crianças que se tornam órfãs,

cujos pais adoecem ou se afastam. Essas situações tendem a ser regulamentadas pelo Poder Judiciário, mas prevalece o entendimento de que crescer junto a parentes consanguíneos corresponde à melhor forma de vida para filhos privados da presença dos pais. Em outras situações, quando a família extensa não tem condições de arcar com a guarda e educação de crianças e adolescentes, cujos pais não se encontram em condições de desempenhar sua função, instalam-se procedimentos judiciais, gerando situações que abrangem tanto a internação no abrigo como a disponibilização de crianças para adoção. Furtar-se aos deveres parentais gera situações problemáticas e pode ferir a sensibilidade de indivíduos e grupos que aí acreditam encontrar evidências de profunda crueldade.

Não é dessa forma que outras sociedades, tais como as estudadas por Terrel e Modell (1994) ou Gottlieb (2009), procedem quando aqueles que são considerados como cuidadores naturais se veem impedidos de assumir a tarefa. Podemos lembrar, por exemplo, que a adoção é prática comum na Polinésia Francesa (Terrel & Modell, 1994). Por outro lado, há comunidades africanas que se organizam segundo formas de cuidado nas quais os laços biológicos, claramente reconhecidos, não implicam na responsabilização direta e única dos pais, envolvendo, portanto, parentes e comunidade (Gottlieb, 2009). Neste segundo caso, provavelmente nem valha a pena pensar em termos do conceito de adoção, uma vez que a própria parentalidade é comunitária. São, portanto, diversas as formas de acolhimento de bebês e crianças pequenas, uma vez que o problema biológico da chamada “prematuridade humana” pode ser resolvido mediante diferentes práticas culturais.

## **2. A ENTREGA DE BEBÊS PARA ADOÇÃO EM CONTEXTO BRASILEIRO**

De acordo com a Nova Lei da Adoção (*Lei nº 12.010, 2009*), compete ao Poder Público prestar assistência psicológica e social a gestantes, inclusive em situações de entrega do bebê para adoção. Os bebês que foram dados à luz em contexto hospitalar podem vir a ser afastados de suas mães imediatamente após o nascimento, tornando-se disponíveis para adoção, em dois tipos de situação: por opção da mulher, que o entrega ao Poder Judiciário, ou quando este emite sentença de suspensão ou destituição do poder familiar.

Geralmente as mães que entregam seus bebês para adoção via Sistema Único de Saúde (SUS) se caracterizam por serem jovens, solteiras e que se inserem em ocupações que admitem baixo grau de escolaridade. Há também referências segundo as quais são frequentes os casos de uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas

(Böing & Crepaldi, 2004; Fonseca, 2012; Mariano & Rosseti-Ferreira, 2008; Mello & Dias, 2003; Rossetti-Ferreira *et al.*, 2012; Soejima & Weber, 2008).

Os trabalhos científicos sobre o tema da entrega de bebês no Brasil apontam que esse ato tende a provocar, tanto em homens como em mulheres, reações judicativas e hostis contra a mãe (Fonseca, 2012; Lima, 2011; Martins, Faraj, Santos & Siqueira, 2015; Mello & Dias, 2003; Motta, 2005). Parece-nos acertado afirmar que tais pesquisas convergem no sentido da detecção de um ambiente social predominantemente hostil em relação a um ato que é visto como não cumprimento daquilo que é considerado como dever maternal. Entretanto acreditamos que haja interesse no prosseguimento de estudos empíricos sobre essa questão, cuja transformação se faz desejável quando aspiramos modificar práticas sociais conservadoras, que oneram desmedidamente a mulher, em busca do fortalecimento de formas mais comunitárias e solidárias de cuidado das crianças.

Estudos sobre o afastamento da mãe biológica, tendo em vista a proteção da criança, tem focalizado temas tais como negligência familiar e a ética na intervenção desses casos (Carvalho, 2013; Cavalcante, 2015). Gonçalves (2015) traz a conhecimento nove casos de situações vivenciadas na Defensoria Pública, das quais seis envolviam pedido de destituição do poder familiar e acolhimento de bebês direto da maternidade. Destaca o fato de que, nos seis casos, não foi promovido direito à defesa dos pais antes da determinação judicial e tampouco havia, nos relatórios, qualquer fundamentação teórica sobre as condições psicológicas das famílias. Este estudo nos leva a questionar as intenções de proteger a criança, em uma urgência de suposta solução, rumo à adoção, conduta que tanto pode estar bem fundamentada numa equilibrada consideração da situação como eventualmente influenciada por imaginários relativos à incapacidade de famílias pobres de cuidar de seus filhos. Carvalho (2013) ressalta que, na prática, os profissionais da Defensoria Pública estão diante de um desafio, de dirigir um olhar diferenciado às intervenções judiciais, de maneira a não reproduzir mais sofrimentos e opressões em relação a grupos excluídos.

Seja qual for o motivo pelo qual a disponibilidade de um bebê venha a ocorrer, podemos afirmar que provavelmente suscita reações emocionais significativas, visto que parece prevalecer, em nosso país, imaginários segundo os quais a melhor forma de cuidado de crianças e adolescentes seria aquela assumida pelos pais biológicos. Em tal contexto, a determinação de direito a atendimento materno, quando prevista a entrega do bebê, choca-se com uma visão imaginativa que atribui à mãe biológica responsabilidade, praticamente total, pela vida e futuro da criança.

Desta feita, objetivamos investigar o imaginário coletivo de um grupo de profissionais da saúde, composto por assistentes sociais, enfermeiros, fisioterapeutas, médicos e psicólogos, que trabalham em serviços pediátricos e obstétricos, sobre mães de bebês disponíveis para adoção. Estudar o imaginário desses profissionais que têm contato com mães biológicas cujos bebês podem se encontrar em situação de disponibilidade para adoção pode nos indicar como se posicionam indivíduos e grupos que se envolvem diretamente com a vida pessoal ou pela via do estudo, com mulheres que vivem esse tipo de situação.

### 3. MÉTODO

Visto que o campo da pesquisa qualitativa comporta diferentes referenciais teórico-metodológicos, de caráter compreensivo, cumpre-nos apresentar nossos fundamentos, os participantes abordados e os procedimentos investigativos. Desse modo, favorecemos o intercâmbio entre estudiosos, aspecto fundamental no processo de produção de conhecimento.

#### 3.1 Delineamento

Esta pesquisa opta por uma perspectiva teórica que tem na obra de Politzer (2004) um texto seminal, que foi posteriormente desenvolvido por Bleger (1963). Designado como Psicologia concreta, esse referencial corresponde a uma teorização de tipo relacional, que se distingue de outros, pois enfatiza o registro afetivo-vincular como concretamente enraizado em contextos sociais, econômicos, culturais, históricos e geopolíticos. Sua base é uma antropologia que rejeita visões segundo as quais indivíduos e grupos podem ser psicologicamente concebidos como entidades naturais, isoladas e abstratas (Bleger, 1963).

Pesquisar psicanaliticamente os imaginários coletivos, compreendidos como manifestações de conduta, sob a acepção que o último conceito assume no texto de Bleger (1963), corresponde a chegar interpretativamente a seus determinantes não conscientes. Estes últimos não são, nesse contexto teórico, concebidos como instâncias ou reservatórios de energia psíquica individual, e sim como campos intersubjetivos, que têm sido designados como campos de sentido afetivo-emocional (Aiello-Vaisberg & Machado, 2008; Corbett, Ambrosio, Gallo-Belluzzo, & Aiello-Vaisberg, 2014; Montezi, Barcelos, Ambrósio, & Aiello-Vaisberg 2013; Tachibana, Montezi, Barcelos, Sirota, & Aiello-Vaisberg 2015).

O método psicanalítico opera sempre em situações de interação humana, como sessões de atendimento, entrevistas ou encontro dos pesquisadores com

fenômenos sociais ou com produtos de atos humanos, tais como produções culturais (Bleger, 1963). Entretanto, o caráter intersubjetivo do método, como produtor de material de pesquisa, tem originado dois tipos diversos de teorizações, diferenciadas como pulsionais ou relacionais (Greenberg & Mitchell, 1983). Assim, não basta sinalizar uma opção pelo método psicanalítico, mas também esclarecer sobre o tipo de teorização tomada como referencial, tendo em vista o estabelecimento de interlocuções reflexivas.

Vale destacar que o conceito de imaginário coletivo foi forjado a partir do conceito de conduta (Bleger, 1963). De fato, Ambrosio (2013, p. 32) define imaginários coletivos “como um conjunto de produções ideofetivas coletivas, que se constituem como condutas”. Assim, os imaginários coletivos são sempre humanamente produzidos, segundo um movimento peculiar: os campos de sentido afetivo-emocional subjazem às condutas, que formarão imaginários coletivos (por seu turno, produzidos por atos humanos, ou seja, por condutas), que formarão novos campos.

### 3.2 Participantes

Abordamos, em entrevistas individuais, dez profissionais que trabalham em hospitais do interior de São Paulo que tivessem contato direto com as situações de entrega do bebê. Os participantes foram convidados a participar da pesquisa de acordo com disponibilidade de horário.

### 3.3 Procedimentos investigativos

O fato de o método psicanalítico corresponder a uma forma geral de produção de conhecimento sobre as dimensões afetivo-emocionais da vida humana permite que se concretize por meio de diferentes procedimentos, em razão dos quais se estruturam encontros entre pesquisadores e manifestações de conduta em estudo. Tal fato exige uma correta descrição dos procedimentos investigativos que são colocados em jogo segundo diferentes desenhos de pesquisa adotados. No caso em estudo, distinguimos procedimentos de produção, apresentação e interpretação do material clínico.

No que concerne ao procedimento investigativo de produção de material clínico, cabe lembrar que fizemos uso de entrevistas individuais transicionais, modalidade de encontro que vem sendo utilizada em várias pesquisas sobre imaginários coletivos, tais como as de Ávila, Tachibana e Aiello-Vaisberg (2008), Ferreira (2004) e Tachibana, Ambrosio, Beaune e Aiello-Vaisberg (2014).

Inspiradas no jogo do rabisco (Winnicott, 1994), caracterizam-se pelo uso de recursos mediadores que facilitem a comunicação, como o procedimento de desenhos-estórias com tema (Aiello-Vaisberg, 1999), que pode ser utilizado em entrevistas individuais ou grupais (Barreto & Aiello-Vaisberg, 2010).

Optamos, nesta investigação, pelo uso do procedimento de desenhos-estórias com tema como mediador. Solicitamos ao participante que desenhasse uma “mãe que entrega seu filho para adoção” e que, ao encerrar o desenho, virasse a folha e escrevesse ou contasse uma história sobre a figura desenhada. Esse procedimento, que proporciona uma conversa lúdica entre pesquisador e participante, tende a reduzir condutas defensivas que o próprio tema possa despertar bem como a ocorrência de respostas conformadas segundo padrões politicamente corretos. Vale lembrar que, por facilitar a expressão subjetiva, tal estratégia dialógica tanto favorece a produção de conhecimento quanto a constituição de espaços para elaboração reflexivo-vivencial dos participantes (Aiello-Vaisberg & Machado, 2008).

O procedimento investigativo de apresentação das entrevistas responde ao reconhecimento de que, consistindo em encontro inter-humano, a entrevista psicológica se configura como evento por si mesmo evanescente. Desse modo, para que possa ser revisitada, em termos da recuperação possível da dimensão afetivo-emocional vivenciada, pede um registro que podemos, mais apropriadamente, designar como apresentação do acontecer clínico. Definimos a apresentação como uma forma sofisticada de comunicação, que se mantém fundamentalmente fiel aos sentidos emocionais, mas pode se desapegar eventualmente de detalhes de verbalizações e movimentos. Se um aparelho de audiogravação registra a voz humana como fenômeno físico, mantendo-se indiferente aos sentidos emocionais, o entrevistador com formação psicanalítica, capacitado a usar o método, pode se deixar impressionar pelo que é significativo, do ponto de vista afetivo-emocional, mediante o cultivo da atenção flutuante e da associação livre de ideias, que são os pilares do método psicanalítico.

O recurso que temos utilizado para realizar a apresentação de entrevistas são as narrativas transferenciais, que consistem em textos elaborados após os encontros em estado de atenção flutuante e de associação de ideias. Tais escritos podem ser comparados a relatos de sonho, que naturalmente misturam descrição de cenas e interações com sensações, emoções e pensamentos (Aiello-Vaisberg *et al.*, 2009). Por meio das narrativas transferenciais, é possível compartilhar com integrantes do grupo de pesquisa bem como com o leitor o ocorrido durante a entrevista, favorecendo uma experiência de leitura que corresponde a uma aproximação do vivido por pesquisador e participante. Sendo parte da entrevista, os desenhos e as histórias são inclusos nas narrativas transferenciais.



O procedimento investigativo de interpretação das entrevistas é aquele no qual nos concentramos na busca de compreensão dos substratos não conscientes a partir dos quais emergem as condutas. Consiste, assim, na produção interpretativa de campos de sentido afetivo-emocional (Aiello-Vaisberg & Machado, 2008). A exemplo da elaboração das narrativas transferenciais, também a produção interpretativa de campos é realizada em estado de cultivo da atenção flutuante e de abertura para a atividade de livre associação de ideias. Nessa etapa, um esforço deve ser feito no sentido de colocar crenças e teorias provisoriamente entre parênteses. A tarefa interpretativa pode ser cumprida, com maior facilidade, em nossa experiência, quando nos deixamos guiar pelas palavras de ordem de Herrmann (2001), “deixar que surja”, “tomar em consideração” e “completar a configuração de sentido”.

O procedimento interpretativo se fez em sucessivos encontros e reencontros com as narrativas transferenciais. Encontros iniciais têm lugar quando aqueles que realizam a pesquisa leem as narrativas que elaboraram e produzem interpretações. Encontros posteriores ocorrem quando as narrativas são tomadas pelos demais integrantes do grupo de pesquisa, o que permite que múltiplos olhares possam referendar as primeiras interpretações, detectar equívocos de compreensão ou revelar nuances eventualmente despercebidas. De todo o modo, o processo de discussão em grupo tende a enriquecer o processo interpretativo, uma vez que o procedimento interpretativo não corresponde à descoberta de um significado oculto, mas, na verdade, os campos de sentido afetivo-emocional, ou seja, os resultados figuram exatamente como dimensões transferencialmente consteladas entre o pesquisador e os participantes.

### 3.4 Considerações éticas

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sob o parecer número 640.992.

## 4. RESULTADOS

Na pesquisa qualitativa com método psicanalítico, na perspectiva da Psicologia concreta, os resultados não se confundem com o material clínico propriamente dito, mas sim aos campos de sentido afetivo-emocional interpretados, que são concebidos como inconscientes que se constelam intersubjetivamente e não

---

<sup>1</sup> “Deixar que surja” corresponde ao deixar-se impressionar, emocional e intelectualmente, pelo material; “tomar em consideração” remete àquilo que se destacou nas entrevistas, permitindo o surgimento de associações livres de ideias e a emergência de emoções; “completar a configuração de sentidos” corresponde a captar as regras afetivo-emocionais segundo as quais os campos estão organizados.



como instância psíquica individual. Cada campo de sentido afetivo-emocional, que os pesquisadores captam a partir de impactos contratransferenciais, é definido de maneira minimalista segundo a crença ou fantasia a partir da qual se organiza. Explica-se, assim, que, como interpretações, os resultados adquiram feições sintéticas diante da transbordante variedade das condutas propriamente ditas que as narrativas transferenciais aportam.

A leitura em estado de atenção flutuante das narrativas transferenciais, elaboradas com base nas entrevistas individuais, permitiu a produção interpretativa de dois campos de sentido afetivo-emocionais, que podem ser considerados como inconscientes relativos às manifestações dos participantes: “mãe vítima” e “mãe desnaturada”.

Definimos como “mãe vítima” o campo de sentido afetivo-emocional que se organiza ao redor da fantasia de que mães que têm seus filhos disponibilizados para adoção, seja por opção voluntária ou por cumprimento de sentença judicial, são vítimas de situações de vida muito problemáticas.

Definimos o segundo campo, “mãe desnaturada”, como aquele que se organiza ao redor da fantasia de que mães que entregam seus filhos para adoção, sem estarem sob coação judiciária direta, são cruéis e poderosas.

Como se vê, esses dois campos se configuram a partir do entrecruzamento de duas condições:

- a) haver ou não opção de se afastar do bebê; e
- a) haver ou não haver determinação judicial de afastamento do bebê. Lembremos, para bem compreender a complexidade da situação, que os participantes se deparam tanto com situações em que não existem constrição legal direta da mulher até aquelas em que a separação do bebê está previamente determinada, como ocorre nos casos de mães sentenciadas, situação em que o bebê permanece no estabelecimento prisional durante seis meses para permitir o aleitamento nessa fase inicial de vida (Chinalia, 2012).

A seguir, apresentamos, no quadro 1, como cada participante se posicionou em relação aos campos.

**Quadro 1- Manifestações imaginativas de participantes por campos**

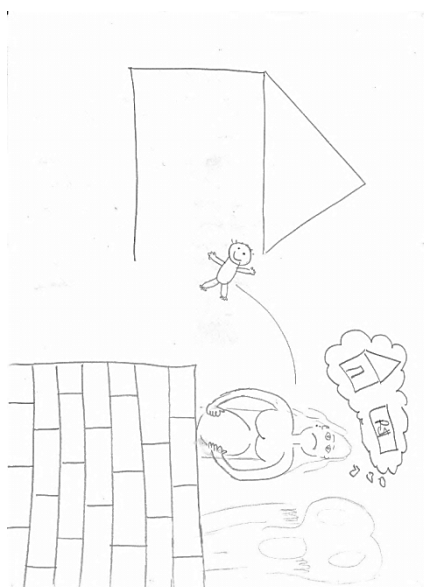
Participantes	Campos de sentido afetivo-emocional	
	Mãe vítima	Mãe desnaturada
P1		X
P2		X
P3	X	
P4	X	
P5	X	
P6	X	
P7		X
P8	X	
P9		X
P10	X	

A apreciação do quadro permite perceber que os participantes tendem a se manifestar mais frequentemente pelo primeiro campo, segundo o qual a mãe figura como vítima de circunstâncias de vida infelizes.

**Fonte: elaborado pelos autores.**

Seguem aqui alguns trechos das narrativas e desenhos que permitem uma aproximação daquilo que emergiu do campo “mãe vítima”.

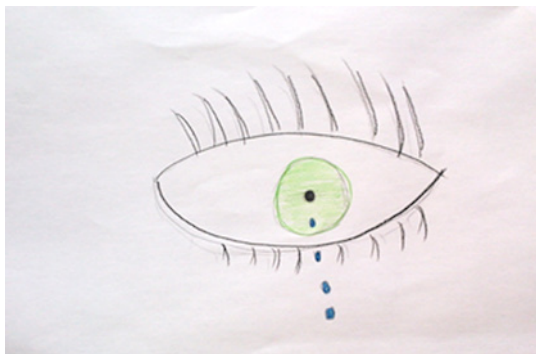
**Figura 1 - Desenho elaborado por profissional participante da pesquisa**



**Fonte: material obtido na pesquisa.**

“A entrega do filho por uma mãe nunca seria uma situação fácil e, na maioria das vezes, as mães não faziam isso porque queriam, mas porque não tinham condições sociais concretas suficientes para criarem uma criança” (trecho da narrativa da figura 1).

**Figura 2 - Desenho elaborado por profissional participante da pesquisa**



**Fonte: material obtido na pesquisa.**

A moça já tinha tido dois filhos, esse era o terceiro, mas ela sofreu, passou por muito sofrimento. Ela não tinha condições de cuidar, mas não queria entregar o bebê. Ela entregou voluntariamente, apesar de parecer estar sendo obrigada, mas não deixou de trocar as roupas dele, dar mamã para ele (trecho da narrativa da figura 2).

Apresentamos, a seguir, trechos das narrativas transferenciais e desenhos que emergiram a partir do campo “mãe desnaturada”:

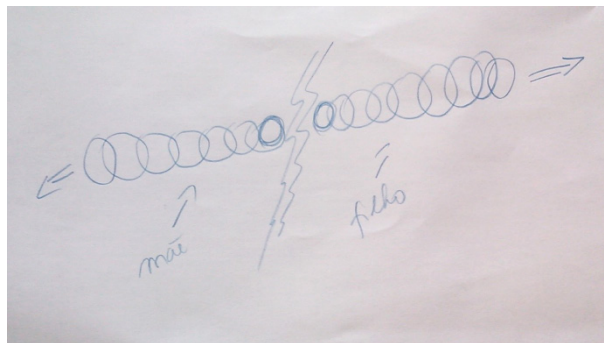
**Figura 3 - Desenho elaborado por profissional participante da pesquisa**



**Fonte: material obtido na pesquisa.**

“[Há] também casos nos quais elas doam, ‘vendem’ seus bebês para algumas famílias, situações que são descobertas por funcionários do próprio hospital” (trecho da narrativa da figura 3).

**Figura 4 - Desenho elaborado por profissional participante da pesquisa**



**Fonte: material obtido na pesquisa.**

“Há muito *ódio* participando da situação, em todo lugar onde se entrega um bebê. Por mais que a mãe tenha as dificuldades dela, seus problemas, drogas, bebidas [. . .], concebe esse momento de ruptura num elo tão primordial da vida” (trecho da narrativa da figura 4).

## 5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Iniciando a discussão dos resultados, ou seja, das interpretações, pelo campo de sentido afetivo-emocional denominado “mãe vítima”, consideramos que os profissionais destacaram o fato de a mãe vivenciar sofrimentos sociais importantes que motivam a decisão de afastamento do bebê, em razão de se reconhecerem incapacitadas a enfrentar a complexa tarefa do cuidado da criança. Além disso, manifestaram reconhecimento de se encontrarem, eles próprios, em condições sociais significativamente melhores do que as das mães. Esse fato parece sensibilizá-los, motivando reações solidárias e compassivas.

Há, sob a vigência da “mãe vítima”, reconhecimento e percepção da alteridade, de forma realista, que se harmoniza com a consideração dos fundamentos concretos geradores de sofrimento, que se constela intersubjetivamente, mas deriva de condições sociais, econômicas e geopolíticas.

Convém sublinhar que o campo “mãe vítima” corresponde a um resultado desta pesquisa, que difere significativamente do que vem sendo relatado na literatura, em vários estudos, entre os quais podemos destacar os trabalhos de Motta (2005), Pontes (2011), Simões (2012) e Tachibana *et al.* (2014). Tais

autores mostram, com base em pesquisas empíricas, que os profissionais tendem a manifestar condutas preconceituosas, de raízes inconscientes, francamente desconectadas da dramática de vida das mães, quando defrontados com situações de encaminhamento de bebês para adoção, de dependência química, de tendência antissocial do adolescente ou de interrupção de gravidez. Essas reações, inconscientemente motivadas, tendem a provocar situações de mal-estar nas equipes profissionais e na relação com aqueles que estão em condição de necessidade de cuidado.

Vale destacar que, sob a vigência do campo “mãe vítima”, os participantes se questionam sobre o quanto as mães que decidem, por iniciativa própria, entregar seus bebês para adoção estariam agindo de forma verdadeiramente livre. A seu ver, decisões determinadas pela pobreza e falta de amparo familiar e, ou, comunitário originariam dramas humanos muito parecidos com aqueles vivenciados por mulheres forçadas a se separarem dos filhos por decisão judicial. Resultados semelhantes foram apontados pelo estudo de Martins *et al.* (2015), que encontraram que os profissionais destacaram as condições sociais precárias das mães como motivação importante do ato de entrega.

No que diz respeito ao segundo campo aqui interpretado, “mãe desnaturada”, algumas considerações parecem oportunas. A primeira delas corresponde a enfatizar que a figura da mãe cruel que se afasta do bebê com frieza, por livre escolha, aproxima-se claramente das personagens malévolas que povoam os contos de fadas; vale dizer, das bruxas e madrastas que, não raramente, aparecem de forma onírica e condensada, como no conto da Branca de Neve. Encontramos aí a vigência da estrutura de conduta paranoide, conforme definida psicanaliticamente por Bleger (1963), na perspectiva de que pode ser assumida tanto por indivíduos como por grupos, como aquela em que se dá uma definida separação entre o bem e o mal. Evidentemente, trata-se de um modo defensivo de lidar com a complexidade da realidade, que permite evitar ansiedades confusionais às custas de excessiva simplificação da vida humana, que usualmente toma o caminho de fantasias segundo as quais as condutas dependeriam unicamente da natureza intrínseca das pessoas e jamais das circunstâncias concretas, conforme os mitos do homem natural, isolado e abstrato, muito bem descritos por Bleger (1963).

Ao campo “mãe desnaturada” correspondem variados enredos sobre a mulher que não visita o bebê internado, sobre aquela que se entrega à droga, em vez de se dedicar ao recém-nascido, bem como sobre a outra que vende o filho para casais inférteis. Tais figuras acabam por compor dramáticas revoltantes, que têm, como fio condutor, o que é concebido como uma essência pessoal degenerada. Trata-se, portanto, de um imaginário que se funda na crença de uma maldade

intrínseca, essencial e totalmente desvinculada do acontecer humano, que Bleger (1963) critica de modo rigoroso.

Caberia aqui indagar pelas razões subjacentes à visão de que a mulher que não cumpre com os deveres maternos se apresenta como objeto mau, no sentido kleiniano do termo, vale dizer, como ser monoliticamente cruel e frustrante. Certamente muitas questões encontram-se aqui em jogo, de modo que não podemos descartar o risco de parecermos reducionistas ao aventarmos uma ou outra hipótese. De todo o modo, cremos que alguns pontos podem ser considerados, não certamente para chegar a certezas, mas, pelo menos, para melhor equacionar o problema.

O primeiro ponto que, a nosso ver, merece destaque é o fato de nossa sociedade organizar as práticas de cuidado infantil atribuindo-os quase que exclusivamente à mãe biológica, segundo um pensamento que vai considerar como prejudicial qualquer outro arranjo. Nessa linha, a figura materna passa a ser facilmente idealizada, do que resultam altas exigências e pouca tolerância a falhas. Assim, mesmo falhas menores denunciariam a presença da maldade, o que explica a lógica emocional segundo a qual objetos idealizados tem, como avesso, uma face persecutória (Klein, 1978). A poderosa mãe, que garante a vida e o futuro por obra do seu amor, inscreve-se simultaneamente, no imaginário, como figura malévola e nefasta que pode colocar o filho em risco ao seu bel-prazer.

O segundo ponto, intimamente ligado ao anterior, diz respeito ao fato de que a concepção da mãe biológica, como ser intrinsecamente dotado de poder, favorece visões essencialistas, segundo as quais as condições concretas podem ser desconsideradas. Caberá à mãe amar incondicionalmente e, desse modo, prover o melhor para o filho, independentemente de ser uma jovem analfabeta e moradora de rua ou uma mulher instruída e bem posicionada em termos socioeconômicos, pois o amor de mãe tudo poderia. Assim, não existiria a mãe vítima de condições concretas adversas, mas apenas a mulher cruel que optaria por abandonar a criança por vontade própria.

Um terceiro ponto poderia ainda ser acrescentado, se lembrarmos que, como pessoas que viveram suas infâncias na mesma sociedade que os participantes da pesquisa, uma maioria de nós vivenciou a provisão de cuidados maternos, bem como suas falhas, como fundamentalmente importante. Desse modo, o reconhecimento de que, como primeiro objeto de amor, na cultura em que vivemos, as mães são alvo de projeções imaginárias, deve ser cautelosamente levando em conta.

De todo modo, cumpre considerar que, quando a família nuclear é imaginada como a melhor forma de organização para o atendimento das necessidades

materiais e psicológicas das crianças e adolescentes, as mulheres, numa sociedade em que são fortemente estimuladas a assumir responsabilidades profissionais e sustento próprio e familiar, acabam habitualmente sobrecarregadas. Podemos explicar, por essa via, o fato da participação ou ausência de participação dos pais (por ser desconhecido, usuário de drogas ou delinquente) ser pouco mencionada pelos participantes da pesquisa e, visivelmente, mais bem tolerada. Essa é uma constatação que pode ser feita não apenas aqui, mas também em outros estudos sobre a mãe que abandona ou entrega o filho (Ferreira-Teixeira & Aiello-Vaisberg, 2015; Lima, 2011; Motta, 2005), a qual se mostra coerente com uma visão de que a criança seria responsabilidade exclusiva da mãe.

Finalmente, parece-nos importante frisar que o fato de as condutas dos participantes emergirem a partir de substratos inconscientes, que aqui designamos como campos de sentido afetivo-emocional “mãe vítima” e “mãe desnaturada”, aponta para a possível transição desde concepções imaginativas de caráter judicativo e conservador, para outras, não só mais realistas, mas também mais solidárias em relação a mulheres que vivenciam condições incompatíveis com a assunção de responsabilidades maternas nos moldes vigentes na sociedade em que vivem.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comparando nossos achados com a literatura, podemos afirmar que indicam uma interessante alteração na conduta dos profissionais, que parecem perceber com maior sensibilidade o sofrimento das mães biológicas que entregam seus bebês. Entretanto destacamos que nosso estudo aponta para a mesma direção que o de Martins *et al.* (2015), que fizeram uso de entrevistas semiestruturadas na abordagem de sete profissionais, examinando o material, desse modo produzido, por meio de análise de conteúdo.

Ora, o fato de termos, como Martins *et al.* (2015), encontrado disposições menos judicativas e condenatórias da mulher que entrega o bebê para adoção aponta para a possibilidade de estarmos diante de transformações significativas no imaginário de parcelas da população brasileira, que acompanham tendências encontradas atualmente em sociedades democráticas, nas quais os direitos dos indivíduos estão estabelecidos como valores a respeitar.



## REFERÊNCIAS

- Aiello-Vaisberg, T. M. J. (1999). *Encontro com a loucura: transicionalidade e ensino de Psicopatologia*. (Tese de Livre Docência). Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo.
- Aiello-Vaisberg, T. M. J., & Machado, M. C. L. (2008). Pesquisa psicanalítica de imaginários coletivos à luz da teoria dos campos. In J. Monzani, & L. R. Monzani (Orgs.), *Olhar: Fabio Herrmann: uma viagem psicanalítica*. (pp. 311-324). São Paulo: Pedro e João, UFSCar.
- Aiello-Vaisberg, T. M. J., Machado, M. C. L., Ayouch, T., Caron, R., & Beaune, D. (2009). Les récits transférenciels comme presentation du vécu clinique: une proposition méthodologique. In D. Beaune (Org.), *Psychanalyse, Philosophie, Art: dialogues*. (pp. 39-52). Lille: L'Harmattan.
- Ambrosio, F. F. (2013). *O estilo clínico "ser e fazer" na investigação de benefícios clínicos de psicoterapias*. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas.
- Ávila, C. F., Tachibana, M., & Vaisberg, T. M. J. A. (2008). Qual é o lugar do aluno com deficiência? O imaginário coletivo de professores sobre a inclusão escolar. *Paidéia*, 18(39), 155-164.
- Barreto, M. A. M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2010). O tornar-se adulto no imaginário coletivo de adolescentes interioranos. *Psicologia em Revista*, 16(2), 310-329.
- Bleger, J. (1963). *Psicologia da conduta*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Böing, E., & Crepaldi, M. A. (2004). Os efeitos do abandono para o desenvolvimento psicológico de bebês e a maternagem como fator de proteção. *Estudos de Psicologia*, 21(3), 211-226.
- Carvalho, M. W. V. (2013). Interfaces entre Psicologia e Direito: desafios da atuação na defensoria pública. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33, 90-99.
- Cavalcante, P. R. (2015). *Contribuições da Psicologia no acesso à justiça: reflexões sobre a atuação de psicólogos na Defensoria Pública no Estado de São Paulo*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo.

- Chinalia, M. J. (2012). *Mulheres na prisão: um estudo psicanalítico de um documentário brasileiro*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas.
- Corbett, E., Ambrosio, F. F., Gallo-Belluzzo, S. R., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2014). Produções imaginativas sobre dificuldades sexuais: um estudo psicanalítico. *Psicologia, & Sociedade*, 26(3), 756-765.
- Ferreira, J. C. (2004). *Encontrando a mulher: a psicanálise do self na abordagem de um singular plural* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo.
- Ferreira-Teixeira, M. C., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2015). *O imaginário sobre a mãe que abandona seu bebê: um estudo psicanalítico*. In *Anais*, 6 Congresso Internacional de Saúde da Criança e do Adolescente, São Paulo.
- Fonseca, C. (2012). Mães “abandonantes”: fragmentos de uma história silenciada. *Revista Estudos Feministas*, 20(1), 13-32.
- Gonçalves, M. A. B. (2015). *Assistente técnico judiciário na Defensoria Pública: suporte da teoria de Winnicott*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas.
- Gottlieb, A. (2009). Para onde foram os bebês?: em busca de uma antropologia de bebês (e de seus cuidadores). *Psicologia USP*, 20(3), 313-336.
- Greenberg, J. R., & Mitchell, S. A. (1983). *Object relations in psychoanalytic theory*. Cambridge, London: Harvard University Press.
- Herrmann, F. (2001). *Andaimos do real*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Klein, M. (1978). Notas sobre alguns mecanismos esquizoides. In M. Klein, P. Isaacs, & J. Riviére (Orgs.), *Os progressos da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lei Federal nº 12.010, de 3 de agosto de 2009 (2009, 3 agosto). Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado a partir de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm)

- Lima, A. X. S. (2011). *Mães más: um olhar sobre o abandono*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Niterói.
- Mariano, F. N., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2008). Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais? *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 11-19.
- Martins, B. M. C., Faraj, S. P., Santos, S. S., & Siqueira, A. C. (2015). Entregar o filho para adoção é abandoná-lo?: concepções de profissionais da saúde. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(4), 1294-1309.
- Mello, I. S. P. B., & Dias, C. M. S. B. (2003). Percepção de homens e mulheres acerca de quem entrega um filho para adoção. *Psicologia: ciência e profissão*, 23(1), 76-83.
- Montezi, A. V., Barcelos, T. F., Ambrósio, F. F., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2013). Linha de passe: adolescência e imaginário em um filme brasileiro. *Psicologia em Revista*, 19(1), 74-88.
- Motta, M. A. P. (2005). *Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção*. São Paulo: Cortez.
- Politzer, G. (2004). *Crítica dos fundamentos da Psicologia: a Psicologia e a Psicanálise*. Piracicaba: Unimep.
- Pontes, M. L. S. (2011). *A hora H: o imaginário coletivo de profissionais da saúde mental sobre a adolescência*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Almeida, I. G., Costa, N. R. A., Guimarães, L. A., Mariano, F. N. Teixeira, S. C. P., & Serrano, S. A. (2012). Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(2), 390-399.
- Simões, C. H. D. (2012). *Sofredores, impostores e vítimas da sociedade: imaginário de uma equipe de saúde mental sobre o paciente psiquiátrico*. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas.
- Soejima, C. S., & Weber, L. N. D. (2008). O que leva uma mãe a abandonar um filho? *Aletheia*, 28, 174-187.

- Tachibana, M., Ambrosio, F. F., Beaune, D., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2014). O imaginário coletivo da equipe de enfermagem sobre a interrupção da gestação. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 17(2), 285-297.
- Tachibana, M., Montezi, A. V., Barcelos, T. F., Sirota, A., & Aiello-Vaisberg, T. (2015). Who Are the teenagers of today?: collective imaginary of Brazilian teachers. *International Journal of Information and Education Technology*, 5(1), 47-49.
- Terrel, J., & Modell, J. (1994). Anthropology and adoption. *American Anthropologist*, 96(1), 155-161.
- Winnicott, D. W. (1994). O jogo do rabisco (squiggle game). In C. Winnicott, & R. Shepherd (Orgs.), *Explorações psicanalíticas*. (pp. 230-243). Porto Alegre: Artes Médicas.